

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50000.005400/2025-46

2. Descrição da necessidade**2.1 Descrição da Necessidade / Motivação**

2.1.1. O Ministério dos Transportes (MT) conta com uma ampla diversidade de usuários, incluindo internos, servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários, requisitados e afastados, e externos, cidadãos e instituições que acessam serviços digitais, sistemas e portais. Para garantir o acesso adequado a esses públicos, é fundamental que os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tais como servidores, estações de trabalho, sistemas, aplicações, serviços de e-mail, redes e sites, estejam devidamente protegidos.

2.1.2. A ausência de mecanismos eficazes de gestão de identidade e controle de acessos, especialmente os privilegiados, expõe o ambiente a riscos elevados. O comprometimento de credenciais administrativas pode resultar em:

2.1.2.1. Vazamento ou roubo de dados estratégicos e pessoais, gerando impactos financeiros e reputacionais;

2.1.2.2. Utilização de servidores de comando e controle, permitindo presença persistente e não detectada na rede;

2.1.2.3. Monitoramento e captura de atividades de usuários legítimos;

2.1.2.4. Instalação de softwares maliciosos (malware);

2.1.2.5. Bloqueio de usuários e uso de ransomware;

2.1.2.6. Mineração ilegal de criptomoedas e uso indevido de recursos computacionais.

2.1.3. Esses riscos tornam-se ainda mais críticos diante do aumento exponencial de acessos remotos, do volume crescente de dados gerados e da necessidade de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que impõe maior rigor na proteção de informações pessoais.

2.1.4. Atualmente, não existe no MT um mecanismo institucional centralizado e eficaz para gerenciar acessos remotos e privilegiados. A contratação de uma solução adequada permitirá:

2.1.4.1. Otimizar o uso de recursos humanos, reduzindo deslocamentos e tempo de resposta;

2.1.4.2. Implementar comunicação segura e eficiente entre técnicos e usuários;

2.1.4.3. Garantir trilhas de auditoria, rastreabilidade e aplicação de regras de segurança

para acessos privilegiados;

2.1.4.4. Aumentar a disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações sob responsabilidade do Ministério.

2.1.5. O objetivo central desta contratação é prover uma **Solução de Gestão de Identidades e Acessos (*Identity and Access Management – IAM / Privileged Access Management – PAM*)** integrada ao ambiente atual, otimizando investimentos já realizados em infraestrutura (datacenter, sala-cofre, racks, sistemas de virtualização, políticas de backup e segurança). A solução deve ampliar a capacidade operacional sem gerar custos adicionais significativos com hardware, energia elétrica ou espaço físico.

2.1.6. A tecnologia a ser adquirida apoiará a operação da infraestrutura e os serviços de TIC do Ministério, promovendo maior maturidade em segurança da informação, em conformidade com o Decreto nº 9.637/2018 (Política Nacional de Segurança da Informação), a IN SGD nº 1/2019, a IN SGD/ME nº 94/2022 e as boas práticas da ISO/IEC 27001/27002.

2.1.7. Nesse contexto, a tecnologia da informação é um pilar essencial para a execução da missão institucional do MT, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos, a modernização digital e a resiliência organizacional.

2.1.8. Ademais, a presente iniciativa está em plena conformidade com os instrumentos normativos e estratégicos recentemente editados pelo Governo Federal e pelo próprio Ministério, que reforçam a obrigatoriedade de mecanismos avançados de gestão de acessos e identidades. Destacam-se:

2.1.8.1. Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto nº 12.572, de 4 de agosto de 2025);

2.1.8.2. Estratégia Nacional de Cibersegurança (Decreto nº 12.573, de 4 de agosto de 2025);

2.1.8.3. Política de Segurança da Informação do Ministério dos Transportes (Portaria nº 287, de 4 de abril de 2025).

2.1.9. Tais dispositivos normativos evidenciam que a contratação de uma solução IAM/PAM atende não apenas a uma necessidade operacional e de segurança, mas também cumpre determinações legais e estratégicas, orientando a governança digital, a cibersegurança e a proteção dos ativos críticos da Administração Pública.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (SGETI)	Diogo da Fonseca Tabalipa

4. Necessidades de Negócio

4.1. Gestão centralizada de identidades e credenciais

4.1.1. Permitir o gerenciamento completo do ciclo de vida de usuários, incluindo criação, alteração, movimentação e desligamento, contemplando tanto usuários internos (servidores, terceirizados, estagiários, requisitados) quanto usuários externos (cidadãos que acessam serviços digitais).

4.2. Controle e monitoramento de acessos privilegiados

4.2.1. Assegurar que contas administrativas e de alto privilégio sejam utilizadas de forma rastreável, com trilhas de auditoria completas, segregação de funções e aplicação de políticas de acesso baseadas em necessidade e perfil do usuário.

4.3. Segurança e conformidade

4.3.1. Garantir atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis, incluindo LGPD, Decreto nº 9.637/2018, IN SGD/ME nº 94/2022 e boas práticas da ISO/IEC 27001/27002, promovendo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.4. Integração com o ecossistema híbrido do Ministério

4.4.1. Assegurar compatibilidade e integração com ambientes existentes, incluindo datacenter local (sala-cofre), serviços em nuvem (Azure, Huawei Cloud) e soluções hospedadas no SERPRO, permitindo interoperabilidade e gestão centralizada de acessos.

4.5. Auditoria e rastreabilidade

4.5.1. Prover trilhas de auditoria completas que permitam rastrear todas as ações de usuários, inclusive em acessos remotos, possibilitando identificar responsabilidades, gerar relatórios de conformidade e atender a exigências de auditoria interna e externa.

4.6. Otimização do atendimento e suporte com segurança integrada

4.6.1. Permitir que técnicos realizem atendimentos remotos e simultâneos de forma ágil, reduzindo a necessidade de deslocamentos presenciais e otimizando o uso de recursos humanos.

4.6.2. Garantir que todos os acessos realizados durante o suporte sejam seguros, rastreáveis e integrados à solução PAM/IAM, assegurando controle sobre credenciais privilegiadas e prevenindo riscos de uso indevido.

4.7. Redução de riscos operacionais e de segurança

4.7.1. Mitigar vulnerabilidades relacionadas ao uso inadequado de credenciais, acessos não autorizados e incidentes de segurança da informação, fortalecendo a proteção dos ativos críticos e mantendo a continuidade das operações.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Mecanismos de autenticação robusta e multifator (MFA)

5.1.1. Implementar autenticação multifatorial (MFA) utilizando tokens, biometria, aplicativos móveis ou outros métodos seguros, reforçando a proteção de acessos administrativos e privilegiados.

5.2. Gestão de ciclo de vida de usuários

5.2.1. Permitir criação, alteração, movimentação e exclusão automática de contas, integrada a sistemas corporativos de RH e bases de identidade, garantindo consistência e conformidade no provisionamento e desprovisionamento de usuários.

5.3. Gerenciamento de acessos privilegiados (PAM)

5.3.1. Cofre seguro para armazenamento de credenciais administrativas e sensíveis.

5.3.2. Rotação automática e periódica de senhas privilegiadas.

5.3.3. Monitoramento e gravação de sessões privilegiadas para fins de auditoria e rastreabilidade.

5.4. Gestão de identidades (IAM)

5.4.1. Provisionamento e desprovisionamento automático de acessos com base em regras definidas.

5.4.2. Implementação de segregação de funções (SoD – Segregation of Duties).

5.4.3. Controle de acesso baseado em papéis (RBAC – Role-Based Access Control), garantindo atribuição adequada de permissões.

5.5. Controle de acesso remoto seguro integrado ao PAM

5.5.1. Acesso remoto seguro a sistemas internos críticos, com rastreabilidade completa e governança centralizada pelo PAM.

5.5.2. Registro detalhado e auditoria de atividades realizadas durante chamados técnicos ou atendimentos remotos.

5.5.3. Aplicação de políticas contextuais (localização, dispositivo, horário e nível de risco) de forma centralizada e dinâmica.

5.6. Integração com o ecossistema tecnológico existente

5.6.1. Compatibilidade com ambientes em nuvem (Azure, Huawei Cloud) e infraestrutura on-premises (sala-cofre, servidores locais).

5.6.2. Integração com serviços do SERPRO e com eventuais datacenters do MCOM.

5.6.3. Integração plena com Active Directory / Azure AD e sistemas legados corporativos, permitindo gestão centralizada de identidades e acessos.

5.7. Trilhas de auditoria avançadas e relatórios

5.7.1. Registro detalhado de ações de usuários e administradores privilegiados, com geração de relatórios customizáveis.

5.7.2. Logs imutáveis, integráveis a sistemas de SIEM corporativo, garantindo rastreabilidade e conformidade normativa.

5.8. Alta disponibilidade e escalabilidade

5.8.1. Arquitetura tolerante a falhas, assegurando continuidade do serviço de IAM/PAM.

5.8.2. Capacidade de expansão escalável sem necessidade de investimentos adicionais significativos em hardware.

5.9. Capacitação e suporte técnico

5.9.1. Treinamento especializado em IAM/PAM para administradores, fiscais e gestores de contrato, garantindo correta operação e governança.

5.9.2. Suporte técnico contínuo durante a vigência contratual, incluindo atualização de software, patches de segurança e atendimento a incidentes.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Ao escolher a solução, é fundamental avaliar possíveis sobreposições com ferramentas ou licenças já existentes no Ministério dos Transportes. Para isso, apresenta-se o quadro a seguir, que considera algumas soluções e licenças atualmente em uso pelo MT:

Categoria	Requisito	Situação Atual (M365 E3 / Fortinet)	Necessidade no Projeto
Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)	Cofre seguro de credenciais administrativas	Não atendido	Incluir
Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)	Rotação automática e periódica de senhas privilegiadas	Não atendido	Incluir
Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)	Sessões privilegiadas monitoradas e gravadas (vídeo/log)	Não atendido	Incluir
Auditoria e Rastreabilidade Avançada	Trilhas de auditoria detalhadas de acessos privilegiados	Logs básicos no E3 / Fortinet	Incluir (nível avançado, imutável, integrável a SIEM)
Auditoria e Rastreabilidade Avançada	Relatórios customizáveis e integração com SIEM (ex.: FortiSIEM, Splunk, etc.)	Parcialmente atendido	Incluir (centralizado e ampliado)

Integração Multicloud e Sistemas Legados	Integração segura com Azure, Huawei Cloud, SERPRO e datacenter on-premises	Atendido parcialmente pelo AAD (Azure) e FortiGate	Incluir (foco em integração centralizada e interoperabilidade)
Alta Disponibilidade e Resiliência	Arquitetura redundante para IAM /PAM híbrido	Não atendido	Incluir
Alta Disponibilidade e Resiliência	Mecanismos de failover para evitar interrupções de autenticação e autorização	Não atendido	Incluir
Treinamento e Capacitação	Capacitação de administradores e fiscais de contrato em IAM/PAM	Não atendido pelo E3 ou Fortinet	Incluir

6.2. A implementação de uma solução de Gestão de Acessos Privilegiados (Privileged Access Management – PAM) permitirá ao Ministério atender de forma clara, estruturada e rastreável aos diversos controles previstos no Plano de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), conforme tabela abaixo:

ID	Medida do PPSI	Atendimento via PAM
5.1	O órgão estabelece e mantém um inventário de contas	PAM mantém inventário atualizado de contas privilegiadas
5.2	O órgão estabelece e mantém um inventário de contas de serviço	PAM gerencia e controla credenciais de contas de serviço
5.3	O órgão usa senhas exclusivas	PAM gera e aplica senhas únicas e aleatórias
5.4	O órgão restringe privilégios de administrador a contas de administrador dedicadas	PAM obriga uso de contas administrativas específicas
5.5	O órgão centraliza a gestão de contas	PAM atua como ponto central de governança
5.6	O órgão desabilita contas inativas	PAM identifica e bloqueia contas não utilizadas
6.1	O órgão estabelece e mantém um inventário de sistemas de autenticação e autorização	PAM integra-se aos sistemas e gera inventário automatizado
6.2	O órgão estabelece um Processo de Concessão de Acesso	PAM implementa fluxos controlados de concessão

6.3	O órgão estabelece um Processo de Revogação de Acesso	PAM permite revogar acessos de forma imediata e auditável
6.7	O órgão centraliza o controle de acesso	PAM garante controle unificado de acessos a sistemas críticos
6.8	O órgão define e mantém o controle de acesso baseado em funções	PAM possibilita aplicação de RBAC (Role-Based Access Control)

6.3. Condições de participação e execução contratual

6.3.1. Participação de empresas em consórcio

6.3.1.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de empresas organizadas em consórcio, desde que a decisão esteja devidamente justificada no processo de contratação.

6.3.1.2. No caso da presente contratação, que tem por objeto a aquisição de solução de gerenciamento de acessos privilegiados (Privileged Access Management – PAM), incluindo serviços de implantação, configuração, suporte técnico e manutenção da solução, verifica-se que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos a fornecer integralmente a solução pretendida, seja na condição de fabricante, integrador ou parceiro autorizado.

6.3.1.3. Dessa forma, considerando as características do objeto e a ampla disponibilidade de fornecedores capazes de executar a solução de forma completa, conclui-se que não se mostra necessária a participação de empresas organizadas em consórcio para a adequada execução contratual.

6.3.1.4. Adicionalmente, a participação de consórcios poderia introduzir maior complexidade na gestão contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades entre empresas consorciadas e à governança da execução dos serviços.

6.3.1.5. Assim, não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que a medida não compromete a competitividade do certame e contribui para simplificar a gestão e fiscalização contratual.

6.3.2. Participação de cooperativas

6.3.2.1. Quanto à participação de cooperativas, não será admitida a participação de organizações constituídas sob a forma de cooperativa na presente contratação.

6.3.2.2. A vedação fundamenta-se nas características do objeto, que envolve o fornecimento de solução tecnológica especializada e a prestação de serviços técnicos associados, demandando estrutura empresarial compatível com investimentos tecnológicos, capacidade operacional contínua e responsabilidades contratuais típicas de fornecedores especializados do setor de tecnologia da informação e segurança da informação.

6.3.2.3. Adicionalmente, considerando a natureza da solução a ser contratada e o nível de especialização exigido para sua implantação, operação e suporte técnico, entende-se que a participação de cooperativas não se mostra adequada à execução do objeto, podendo inclusive gerar dificuldades na responsabilização contratual e na garantia da continuidade dos serviços.

6.3.2.4. Dessa forma, conclui-se que a não admissão de cooperativas não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o mercado de soluções de segurança da informação e gestão de acessos privilegiados é amplamente composto por empresas especializadas que atuam sob regime empresarial.

6.3.3. Subcontratação

6.3.3.1. No que se refere à subcontratação, não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza estratégica e sensível da solução de gerenciamento de acessos privilegiados no contexto da segurança da informação institucional.

6.3.3.2. A execução do objeto envolve acesso a ambientes tecnológicos críticos, manipulação de informações sensíveis e atuação direta sobre mecanismos de controle de acessos administrativos, circunstâncias que exigem elevado nível de controle por parte da Administração quanto à identificação dos responsáveis pela execução dos serviços e à rastreabilidade das atividades realizadas.

6.3.3.3. Assim, a vedação à subcontratação busca assegurar maior controle sobre a execução contratual, preservar a integridade dos ambientes tecnológicos institucionais e garantir a adequada responsabilização da contratada pela prestação integral dos serviços.

6.3.3.4. Dessa forma, estabelece-se que a contratada deverá executar diretamente todas as atividades relacionadas ao objeto da contratação, não sendo admitida a subcontratação total ou parcial da solução.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A estimativa da demanda foi elaborada com base no inventário do ambiente computacional e nas informações fornecidas pela área requisitante, considerando o número de contas de usuários, os ativos de infraestrutura existentes e a necessidade de capacitação técnica. Os dados apresentados a seguir servem como referência para o dimensionamento da solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) a ser contratada, garantindo que atenda aos requisitos operacionais e de segurança do Ministério.

7.2. Premissas Utilizadas

7.2.1. Total de contas de usuários (com e sem M365): 1714

7.2.2. Contas de serviço: 76

7.2.3. Contas privilegiadas (administradores): 19

7.2.4. Estações de trabalho: 1621

7.2.5. Ramais VOIP ativos: 1501

7.2.6. Servidores (físicos e virtuais): 236

7.2.7. Aplicações web: 40

7.2.8. Aplicações de infraestrutura/cibersegurança: 23

7.2.9. Instâncias de banco de dados: 18

7.2.10. Dispositivos de rede (firewall, storage, balanceadores de carga): 8

7.2.11. Switches: 83

7.2.12. SIEM em operação: Trellix Enterprise Security Manager (1 instância)

7.2.13. Ambientes de nuvem utilizados: Azure e Huawei (2 integrações)

7.2.14. Sistema crítico em SERPRO/MCOM: Carteira Nacional de Trânsito – CNT (1 integração)

7.2.15. Licenças M365 E3 disponíveis: 1800

7.2.16. Contrato Fortinet (ZTNA/SWG): Vigência de 60 meses

7.2.17. Treinamento: 19 técnicos, 9 gestores/fiscais e ouvintes (quantidade a definir)

7.2.18. Horizonte contratual: 60 meses; expansões via trâmites legais e reajustes pelo ICTI

7.2.19. Substituição do TEAMPASS pelo PAM

7.2.20. Integração com M365 E3/Teams, AAD, Fortinet ZTNA/SWG e SIEM

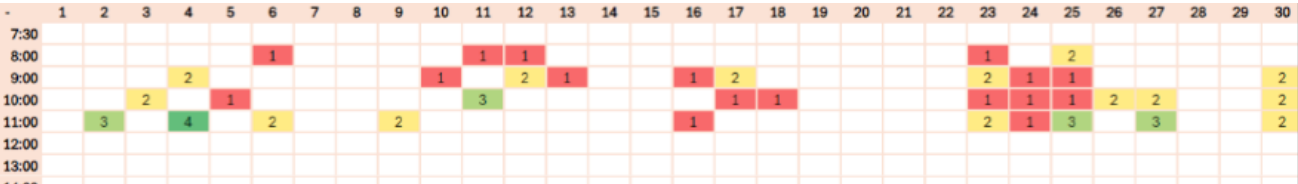
7.2.21. Não haverá integração com sistemas legados (uso de SSO próprio)

7.3. Descrição dos Itens Estimados

Item	Descrição	Quantidade estimada
Contas de usuários	Contas de usuário ativas (com e sem M365)	1714
Contas de serviço	Credenciais de serviço a serem geridas	76
Contas privilegiadas	Contas de administradores a serem controladas	19
Estações de trabalho	Equipamentos de usuário final em operação	1 621
Ramais VOIP	Ramais de telefonia IP ativos	1 501
Servidores (físicos e virtuais)	Total de servidores em produção	236
Aplicações web	Sistemas web internos e externos	40

Aplicações de infraestrutura /cibersegurança	Ferramentas de infraestrutura tecnológica e cibersegurança	23
Instâncias de banco de dados	Bancos de dados em operação	18
Dispositivos de rede	Firewalls, storages e balanceadores de carga	8
Switches	Switches gerenciados	83
Integrações de nuvem	Provedores de nuvem em uso	2
Integração com sistemas externos (SERPRO/MCOM)	Sistema CNT hospedado externamente	1
SIEM	Plataforma de gestão de eventos de segurança	1
Microsoft 365 E3	Licenças corporativas já disponíveis (integração com Teams)	1 800
Contrato Fortinet	ZTNA/SWG vigente	60 meses
Treinamento – técnicos	Participantes na capacitação em PAM	19
Treinamento – gestores /fiscais	Participantes na capacitação de governança	9
Horizonte da contratação	Duração prevista para a vigência do contrato	60 meses
Crescimento estimado	Expansão projetada em 3 anos (ajustes via ICTI)	Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)- março de 2024 Carta de Conjuntura.

7.4. Em relação ao histórico de acesso remoto, considera-se o mês de junho de 2025, período em que foi registrado o pico de acessos simultâneos, servindo como referência para dimensionamento da solução, conforme imagem abaixo:



7.6. Memória de Cálculo e Justificativas

7.6.1. Os quantitativos foram obtidos a partir do inventário de identidades, ativos e sistemas mantidos pela área de TI. O número de contas privilegiadas e de serviço orienta o dimensionamento do licenciamento da solução PAM, definindo a quantidade de credenciais e sessões a serem gerenciadas. A escala de servidores, aplicações e dispositivos norteia a necessidade de integração e da capacidade de monitoramento da solução.

7.6.2. Embora esta solução tenha foco em contas privilegiadas, as estações de trabalho e os ramais VOIP foram incluídos para demonstrar a dimensão e complexidade do ambiente. As integrações obrigatórias incluem Azure AD, M365/Teams, Fortinet ZTNA/SWG e o sistema de SIEM corporativo. Ressalta-se que o cofre de credenciais TEAMPASS será substituído pela nova solução.

7.6.3. O horizonte contratual previsto é de 60 meses, com possibilidade de aditivos administrativos e reajustes conforme o ICTI.

7.6.4. A tabela a seguir apresenta os quantitativos estimados para licenciamento, suporte remoto e capacitação relacionados às soluções de Gestão de Identidades e Acessos (IAM) e Gestão de Acessos Privilegiados (PAM). Os valores refletem a necessidade de gerenciamento de contas privilegiadas e de serviço, bem como o provisionamento e desprovisionamento de identidades, a escala de servidores, aplicações e dispositivos, e a capacitação de gestores, fiscais e demais participantes indicados pela área de dados. Essa estimativa garante atendimento completo aos requisitos operacionais, de integração e de segurança do Ministério:

11 de 43

2	Dispositivos com repositório de contas privilegiadas.	Licenças /Dispositivos	Contas de serviço+ Contas privilegiadas+ Servidores (físicos e virtuais) + Aplicações de infraestrutura /cibersegurança	372
3	Treinamento.	Turma	Treinamento – gestores/fiscais+ Indicador área de dados + ouvintes	1 uma turma com 10 servidores e ouvintes

8. Levantamento de soluções

8.1. Conforme o inciso II do art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e em alinhamento às diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, foi realizado levantamento das soluções disponíveis para atender às necessidades do Ministério dos Transportes no âmbito da Gestão de Identidades e Acessos Privilegiados (IAM/PAM). O estudo considerou aspectos técnicos, operacionais e de conformidade, garantindo que a solução selecionada esteja adequada à realidade do setor público:

8.1.1. Soluções adotadas em outros órgãos da Administração Pública

8.1.1.1. Identificou-se que a solução em análise já foi adquirida por outros órgãos da Administração Pública, sendo utilizada em projetos similares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ID	ÓRGÃO	INSTRUMENTO	OBJETO
1	Ministério das Comunicações - MCOM UASG: 410003	Pregão Eletrônico 90003 /2024 (01/2024)	O objeto da presente licitação é a contratação de Solução de Gerenciamento de Acesso Lógico Privilegiado, contemplando garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas TJ/AM UASG - 925866 Ata nº 00031/2024 Id ata PNCP: 04312369000190-1-000278/2024-000001 Contrato 051/2024	Pregão Eletrônico SRP 90040/2024	O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de gerenciamento de acessos privilegiados (PAM – Privileged Access Management). conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
			Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gerenciamento de acesso lógico privilegiado, contemplando garantia

3	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRO/DF UASG: 925046	Pregão Eletrônico 02 /2023	de atualização de versões serviços correlatos, provendo ao METRO-DF o aumento da segurança em seus acessos e seu ambiente computacional, conforme diretrizes, condições, quantidades e exigências contidas neste edital e especificações do Anexo I - Termo de Referência.
4	Tribunal Superior do Trabalho - TST UASG: 080001	Pregão Eletrônico SRP 58/2021	O objeto deste certame é o registro de preços para aquisição de soluções de segurança, auditoria e prevenção de ameaças à base de dados não estruturados, abrangendo centro de dados, endpoint e proteção e controle de acesso de usuários privilegiados (PAM), incluindo garantia, serviço de instalação e treinamento, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste edital, bem assim no Termo de Referência que constitui parte integrante deste instrumento convocatório.
5	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT UASG: 393001	Pregão Eletrônico 22/2022	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de gerenciamento de acesso lógico privilegiado, contemplando garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
6	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - Prodeb	Pregão Eletrônico SRP 10/2024	Implantação de sistema de registro de preços objetivando a formalização de ata com o vencedor do certame, visando a contratação de solução de gestão de acessos privilegiados a ativos de tecnologia da informação, na modalidade de subscrição de licença, composta gerenciamento de acessos privilegiados, proteção local de servidores Linux e MSWindows, proteção local de estações de trabalho MS-Windows, gerenciamento de credenciais utilizadas por aplicações e autenticação multifatorial, incluindo suporte técnico no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) e garantia pelo período de 36 meses, contemplando também, instalação, treinamento e consultoria técnica especializada, sob demanda, de acordo com as especificações técnicas mínimas e detalhes consignados no Termo de Referência (TR) e seus anexos.
7	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná CREA PR – UASG 389088 Contrato 90/2025	Pregão Eletrônico 90004/2025	Constitui objeto desta licitação a prestação de serviços de licenciamento de uma Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados - PAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência - ANEXO I.

8	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ – RS - 1 – UASG CELIC - SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES	Pregão Eletrônico 9257 /2024	Contratação de Solução de Gerenciamento de Acesso Privilegiado (Privileged Access Management - PAM), incluindo licenciamento e serviço de implantação, conforme Anexo VI-Termo de Referência
9	FURNAS Eletrobrás /Eletronuclear - UASG 910847	Pregão Eletrônico 90081 /2024	Constitui OBJETO deste CONTRATO a prestação, pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada por preço global, dos SERVIÇOS de solução de gerenciamento de credenciais com acesso privilegiado à ativos críticos de TI da ELETRONUCLEAR, doravante denominado SERVIÇOS, em conformidade com os termos e condições nele estipulados.
10	Ministério da Saúde – UASG 250110 Contrato 0010 /2025 e Contrato 0011 /2025	Pregão Eletrônico 90355 /2024	Contratação de solução de segurança da informação para gerenciamento de identidade, gerenciamento de acessos privilegiados, solução de autenticação, controle de acesso e autenticação forte para proteção e gerenciamento da infraestrutura de TI e sistemas críticos do Ministério da Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo a garantia da solução e o suporte técnico especializado, conforme edital e seus anexos.
11	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – TJ AP – UASG 925306 Ata nº 00067/2024 Id ata PNCP: 34870576000121-1-000126/2024-000001 Contrato 002/2025	Pregão Eletrônico SRP 90044/2024	Registro de preços para renovação das licenças para proteção de identidades privilegiadas, gerenciamento de acessos privilegiados e proteção de endpoints da solução CyberArk, com possíveis expansões futuras, com serviço gerenciado e banco de horas para serviço técnico especializado, visando atender às necessidades deste Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
	Tribunal Superior Eleitoral do Paraná –		

12	<p>TRE PR UASG 070019</p> <p>Ata nº 00056/2024</p> <p>Id ata PNCP: 00509018000113-1-003321/2024-000001</p> <p>Contrato 85/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico SRP 90033/2024</p>	<p>Registro de Preços para uso de licenças durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark.</p>
13	<p>Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CONFEA UASG 925175</p> <p>Contrato 132/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico 90012 /2024</p>	<p>Aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Lógicos Privilegiados, contemplando fornecimento de subscrição de software, instalação, suporte técnico, atualizações de versões e capacitação pelo período de 36 (trinta e seis meses), nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.</p>
14	<p>TJ RR – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – UASG – 925480</p> <p>Ata nº 00013/2024</p> <p>Id ata PNCP: 34812669000108-1-000012/2024-000001</p> <p>Contrato 101/2024 (serviço)</p> <p>Contrato 100/2024 (licenciamento)</p>	<p>Pregão Eletrônico 90009/2024</p>	<p>Formação de sistema de registro de preços para eventual contratação de solução de segurança cibernética avançada para Gerenciamento de AcessoPrivilegiado, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.</p>
15	<p>DPU – Defensoria Pública da União UASG 290002</p> <p>Contrato 06/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico 90002 /2024</p>	<p>Fornecimento de solução de gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) para proteção dos ambientes computacionais da Defensoria Pública da União, contemplando licenciamento, serviços de instalação e configuração, transferência de conhecimento, suporte técnico mensal e garantia para 36 (trinta e seis) meses.</p>
16	<p>STJ – Superior Tribunal de Justiça</p> <p>UASG 5001</p>		<p>Contratação de serviço contínuo de suporte técnico especializado da solução de PAM (Privileged Access Management – Gerenciamento de Acessos Privilegiados) do ambiente de TIC do STJ, abrangendo</p>

	Contrato 99/2023	Pregão Eletrônico 85 /2023	garantia de versionamento da ferramenta e manutenções preventiva, corretiva e adaptativa; da expansão para aquisição de usuários privilegiados; e de módulos DevOps para a solução.
17	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/ SC – CREA - UASG 389087	Pregão Eletrônico 90005 /2025	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação mediante a contratação de empresa(s) especializada(s) para renovação de licenciamento de software de soluções de segurança da informação, além da aquisição de solução de gerenciamento de acesso privilegiado incluindo garantia.
18	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE RO UASG 935002 Contrato 66/2024	Pregão Eletrônico 90040 /2024	Contratação de empresa para fornecimento de solução para gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) com licenciamento perpétuo, serviços de instalação, configuração e treinamento e suporte técnico pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, visando atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
19	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ RO – UASG 925006	Pregão Eletrônico SRP 90017/2025	Registro de preços para eventual fornecimento de Solução de PAM (Privileged Access Manager - Gerenciamento de Acesso Privilegiado), denominada Senha Segura, incluindo a execução de serviços de suporte técnico, monitoramento e gerenciamento centralizado da plataforma de segurança, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
20	ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica UASG 323028 Contrato 57/2023	Pregão Eletrônico 15 /2023	Contratação de serviços de solução de tecnologia da informação e comunicação para gerenciamento de contas e acessos privilegiados, contemplando fornecimento de softwares, e serviços correlatos, como instalação, suporte técnico e atualizações de versões, capacitação e prestação técnica especializada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos

8.1.1.2. Em observância ao disposto no art. 10 do Decreto nº 11.462/2023 , o qual determina que, antes da instauração de novo processo licitatório, os órgãos e entidades da Administração Pública devem consultar as Intenções de Registro de Preços (IRPs) vigentes e deliberar quanto à conveniência de participação ou adesão, procedeu-se à análise das atas de registro de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), relativas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Consulte as [atas de registro de preço](#), contendo o registro do objeto, preços, fornecedores e as condições.

Palavra-chave

Status

☒ Vigentes ☐ Não vigentes ☐ Todos

FILTROS

Tipos de Instrumento Convocatório

Órgãos

UFs

Esferas

Modalidades da Contratação

Unidades

Municípios

Poderes

Limpar

Pesquisar

Atas de Registro de Preços Vigentes

Termo Pesquisado: solução de Gestão de Acessos Privilegiados

Exibindo: 1 de 1

Ordenar por:

Ata nº 00256/2025

Id ata PNCP: 00394684000153-1-000096/2025-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 03/12/2025

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL Local: Brasília/DF

Objeto: Registro de preços para contratação de subscrição para solução de Gestão de Acessos Privilegiados (Privileged Access Management - PAM), incluindo a implantação e configuração da solução, serviços técnicos especializados de operação assistida, treinamento, manutenção preventiva e corretiva, com atualizações e upgrades de versões, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

8.1.1.3. No âmbito dessa verificação, foi identificada a Ata de Registro de Preços nº 00256 /2025, oriunda de procedimento licitatório conduzido pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, cujo objeto contempla a contratação de subscrição de solução de Gestão de Acessos Privilegiados (Privileged Access Management – PAM), incluindo serviços associados de implantação, operação assistida e manutenção da solução.

8.1.1.4. Entretanto, após análise das condições da referida ata, verificou-se a incompatibilidade de sua utilização no presente caso, considerando que o órgão gerenciador pertence à Administração Pública do Distrito Federal, ente integrante da administração distrital, não pertencente à estrutura da Administração Pública Federal.

8.1.1.5. Dessa forma, a equipe técnica cumpre integralmente a exigência do Decreto, anexando aos autos esta manifestação conclusiva sobre as IRPs analisadas, a qual demonstra que, não havendo atas plenamente compatíveis e vantajosas, justifica-se a realização de processo licitatório próprio, observando-se o princípio da eficiência e a economicidade da contratação.

8.1.2. Alternativas disponíveis no mercado

8.1.2.1. O mercado oferece diversas soluções de PAM que atendem a ambientes híbridos e complexos como o do Ministério, destacando-se:

8.1.2.1.1. CyberArk PAM – solução amplamente adotada por órgãos públicos, com recursos de cofre, rotação de credenciais e monitoramento de sessões.

8.1.2.1.2. Delinea Secret Server – alternativa robusta para ambientes híbridos, com boa integração a Active Directory/Azure AD.

8.1.2.1.3. BeyondTrust PAM – solução flexível, com modelo SaaS e suporte para multicloud.

8.1.2.1.4. One Identity Safeguard – voltada para integração com bancos de dados e aplicações corporativas críticas.

8.1.2.2. Todas essas soluções são compatíveis com ambientes Microsoft 365, nuvem híbrida e SIEMs, atendendo aos requisitos funcionais levantados.

8.1.3. Softwares disponíveis conforme Portaria STI/MP nº 46/2016

8.1.3.1. Não foram identificadas soluções PAM disponibilizadas em formato de software público pela Administração Pública Federal que atendam integralmente à necessidade do Ministério. Dessa forma, considera-se necessária a contratação de solução de mercado.

8.1.4. Políticas, modelos e padrões de governo aplicáveis

8.1.4.1. A solução a ser contratada deverá atender e integrar-se, sempre que aplicável, aos seguintes padrões e políticas:

8.1.4.1.1. ePing (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico);

8.1.4.1.2. eMag (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico);

8.1.4.1.3. ePwg (Padrões Web de Governo);

8.1.4.1.4. Design System Gov.BR;

8.1.4.1.5. ICP-Brasil, para uso de certificados digitais;

8.1.4.1.6. e-ARQ Brasil, quando aplicável à gestão documental.

8.1.5. Adequações do ambiente

8.1.5.1. O ambiente computacional do Ministério já conta com infraestrutura adequada (datacenter/sala cofre, conectividade, racks e servidores). Não há necessidade de investimentos adicionais em infraestrutura física (mobiliário, elétrica ou espaço), sendo a principal adequação a substituição do cofre de senhas TEAMPASS pela nova solução PAM.

8.1.6. Diferentes modelos de prestação do serviço

8.1.6.1. Foram avaliados três modelos principais de prestação de serviço:

8.1.6.1.1. SaaS/PaaS (nuvem pública) – modelo em que o provedor hospeda a solução integralmente em nuvem, com pagamento por usuário privilegiado e por período.

8.1.6.1.2. Híbrido (appliance virtual + nuvem) – solução hospedada em datacenter do Ministério, com integração a serviços de nuvem pública.

8.1.6.1.3. On-Premises (local) – instalação em servidores locais, com gestão completa pela equipe de TIC do Ministério.

8.1.7. Tipos de soluções em termos de especificação e composição

8.1.7.1. As soluções de mercado diferem em:

8.1.7.1.1. Licenciamento (por usuário privilegiado, por servidor ou por appliance).

8.1.7.1.2. Forma de cobrança (assinatura SaaS, licenciamento perpétuo, contratos anuais).

8.1.7.1.3. Componentes técnicos (cofre de senhas, monitoramento de sessão, rotação automática, integração com SIEM e AD/Azure AD).

8.1.8. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou como serviço

8.1.8.1. As soluções de PAM podem ser adquiridas tanto como bens (licenciamento perpétuo + hardware/appliance) quanto como serviço (assinatura SaaS). A contratação como serviço tende a ser mais aderente ao cenário atual, dada a previsibilidade orçamentária e a redução de custos com manutenção de hardware.

8.1.9. Ampliação ou substituição da solução implantada

8.1.9.1. O cofre TEAMPASS, atualmente em uso, será substituído pela nova solução PAM, que permitirá unificação do gerenciamento de credenciais.

8.1.10. Métricas de prestação do serviço e de pagamento

8.1.10.1. As métricas mais utilizadas pelo mercado para dimensionamento e pagamento são:

8.1.10.1.1. Quantidade de contas privilegiadas e de serviço;

8.1.10.1.2. Quantidade de servidores, aplicações e dispositivos integrados;

8.1.10.1.3. Número de sessões privilegiadas simultâneas;

8.1.10.1.4. Escopo de treinamentos e suporte contratados.

8.2 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

8.2.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do disposto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Federal.

8.2.2. A adoção dessa sistemática fundamenta-se, em especial, no disposto no art. 3º, inciso III, do referido Decreto, segundo o qual o registro de preços poderá ser utilizado quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade da Administração Pública.

8.2.3. No caso em análise, a solução de gerenciamento de acessos privilegiados possui natureza transversal no contexto da governança e da segurança da informação, sendo aplicável a diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal que compartilham requisitos tecnológicos e normativos semelhantes, especialmente aqueles integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.

8.2.4. Nesse contexto, durante a fase de planejamento da contratação, e previamente à abertura formal da Intenção de Registro de Preços (IRP) no sistema Compras.gov.br, foram realizadas tratativas institucionais entre esta unidade técnica e outros órgãos da Administração Pública Federal, por meio de comunicações eletrônicas, com o objetivo de avaliar a existência de demandas convergentes relacionadas à adoção de solução de gerenciamento de acessos privilegiados.

8.2.5. Essas tratativas preliminares tiveram por finalidade identificar oportunidades de atuação conjunta e aferir o interesse de outros órgãos na participação de eventual processo de contratação estruturado sob a sistemática de registro de preços, considerando a relevância da solução para o fortalecimento dos mecanismos de controle de acesso privilegiado, auditoria e rastreabilidade das atividades administrativas em ambientes tecnológicos.

8.2.6. Como resultado dessas interações preliminares, verificou-se a existência de interesse institucional na contratação da solução por parte de outros órgãos da Administração Pública Federal, circunstância que motivou a abertura formal da Intenção de Registro de Preços (IRP) no sistema Compras.gov.br, etapa na qual tais manifestações foram devidamente registradas e formalizadas no processo administrativo, permitindo a consolidação preliminar das demandas identificadas.

8.2.7. A adoção do Sistema de Registro de Preços, portanto, revela-se adequada às características da contratação, permitindo a racionalização dos procedimentos administrativos, a consolidação das demandas institucionais e a potencial obtenção de ganhos de escala, além de contribuir para a uniformização de soluções tecnológicas voltadas à segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal.

8.2.8. Adicionalmente, o uso da sistemática de registro de preços proporciona maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo que as aquisições decorrentes da ata sejam realizadas de forma gradual, de acordo com a efetiva necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária dos órgãos participantes, sem prejuízo do planejamento previamente estabelecido.

8.2.9. Ressalta-se, entretanto, que a ata de registro de preços decorrente desta contratação não será aberta para adesões por órgãos ou entidades não participantes, restringindo-se aos órgãos que manifestaram interesse durante a fase de planejamento da contratação e que formalizaram sua participação por meio da Intenção de Registro de Preços (IRP).

8.2.10. Tal diretriz visa preservar o adequado dimensionamento da solução tecnológica, bem como garantir maior previsibilidade na execução contratual, na gestão dos recursos tecnológicos envolvidos e na governança do contrato, considerando a natureza sensível da solução de gerenciamento de acessos privilegiados no contexto da segurança da informação institucional.

8.2.11. Ademais, a restrição à adesão posterior à ata encontra-se alinhada às boas práticas observadas em contratações similares conduzidas por órgãos da Administração Pública Federal

para soluções de segurança da informação e infraestrutura tecnológica, nas quais se busca assegurar que o planejamento da contratação reflita, de forma fidedigna, a demanda previamente identificada e consolidada durante a fase de planejamento.

8.2.12. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se compatível com as características da solução a ser contratada, com o planejamento da contratação realizado pela Administração e com a identificação prévia de demandas convergentes entre órgãos da Administração Pública Federal.

8.2.13. Por fim, ressalta-se que a identificação prévia de demandas convergentes e a realização de tratativas institucionais entre os órgãos interessados constituem prática recorrente em contratações estruturadas sob a sistemática de registro de preços na Administração Pública Federal, contribuindo para o adequado planejamento da contratação, para a racionalização dos procedimentos administrativos e para a promoção de maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

8.3 Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços

8.3.1. A ata de registro de preços decorrente desta contratação não será aberta para adesões por órgãos ou entidades não participantes, restringindo-se aos órgãos que manifestaram interesse durante a fase de Intenção de Registro de Preços (IRP), em conformidade com o planejamento da contratação e com vistas a preservar o adequado dimensionamento da solução e a governança da execução contratual.

8.4. A tabela abaixo sintetiza os três cenários possíveis de contratação, detalhando a forma de implementação da solução, seja em nuvem pública (SaaS/PaaS), híbrida (appliance virtual + integração com nuvem) ou totalmente local (On-Premises), permitindo comparação e subsidiando a decisão técnica e estratégica do Ministério:

ID	Descrição das alternativas de solução
1	Alternativa 1 – Solução PAM SaaS/PaaS (nuvem pública)
2	Alternativa 2 – Solução PAM Híbrida (appliance virtual/on-premises + integração nuvem)
3	Alternativa 3 – Solução PAM On-Premises (totalmente local)

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Com base nos requisitos de negócio, tecnológicos e normativos levantados nos itens anteriores, foi realizada análise comparativa entre os três cenários de implementação da solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM): SaaS/PaaS (nuvem pública), Híbrido (appliance virtual + integração com nuvem) e On-Premises (totalmente local).

9.2. A tabela a seguir apresenta a avaliação comparativa de cada cenário frente aos requisitos levantados, evidenciando as capacidades atendidas, parcialmente atendidas ou não atendidas, permitindo uma análise clara do grau de aderência de cada alternativa às necessidades do Ministério:

Requisitos de Negócio	Cenário 1 – SaaS/PaaS	Cenário 2 – Híbrido	Cenário 3 – On-Premises
Gestão centralizada de identidades e credenciais	Atende	Atende	Atende
Controle e monitoramento de acessos privilegiados	Atende	Atende	Atende
Segurança e conformidade (LGPD, POSIN, PPSI)	Atende	Atende	Atende parcialmente
Integração com ecossistema híbrido (Azure, Huawei, SERPRO)	Atende	Atende	Atende parcialmente
Auditoria e rastreabilidade	Atende	Atende	Atende
Atendimento e suporte com segurança integrada ao PAM	Atende	Atende	Atende (custo maior)
Redução de riscos operacionais e de segurança	Atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente
Tecnológicos			
Autenticação multifator (MFA)	Atende	Atende	Atende
Gestão de ciclo de vida de usuários	Atende	Atende	Atende
Cofre de senhas + rotação automática	Atende	Atende	Atende
RBAC e segregação de funções	Atende	Atende	Atende
Controle de acesso remoto integrado ao PAM	Atende	Atende	Atende parcialmente

Integração com SIEM (Trellix)	Atende	Atende	Atende parcialmente
Trilhas de auditoria avançadas	Atende	Atende	Atende
Capacitação e suporte técnico	Atende	Atende	Atende
Normativos (PPSI)			
Inventário de contas e contas de serviço (5.1/5.2)	Atende	Atende	Atende
Senhas exclusivas e contas de administrador dedicadas (5.3/5.4)	Atende	Atende	Atende
Gestão centralizada e desativação de contas inativas (5.5/5.6)	Atende	Atende	Atende parcialmente
Inventário de sistemas e processos de concessão /revogação de acesso (6.1/6.2/6.3)	Atende	Atende	Atende parcialmente
Controle centralizado e RBAC (6.7/6.8)	Atende	Atende	Atende

9.3. Justificativa de Abrangência dos Cenários Tecnológicos

9.3.1. A presente contratação foi estruturada de forma a permitir a participação de soluções que se enquadrem em **três cenários tecnológicos distintos**:

9.3.1.1. SaaS/PaaS (Nuvem Pública ou Privada Gerenciada)

9.3.1.2. Híbrido (composição entre recursos on-premises e serviços de nuvem)

9.3.1.3. On-premises (infraestrutura local dedicada ao órgão)

9.3.2. Tal opção atende ao princípio da **ampliação da competitividade** (art. 37, XXI, CF/88 e art. 11 da Lei nº 14.133/2021), permitindo que o maior número possível de fornecedores e arquiteturas tecnológicas disputem a contratação, assegurando melhor relação custo-benefício para a Administração.

9.4. Conformidade normativa e orientações de controle

9.4.1. O Tribunal de Contas da União (TCU), em diversos acórdãos (v.g., Acórdão 928/2020 – Plenário), tem **incentivado a adoção de modelos SaaS/PaaS e híbridos**, mas não veda a utilização de soluções on-premises, desde que tecnicamente justificadas e submetidas à adequada análise de riscos e custos.

9.4.2. O Guia de Boas Práticas de Computação em Nuvem (Portaria MP/STI nº 20/2016, ainda referenciado pela Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023) estabelece ordem de preferência SaaS > PaaS > IaaS, recomenda nuvem híbrida e veda novos investimentos em data centers (salas-cofre), mas **não impede a contratação on-premises quando houver requisitos legais, técnicos ou de segurança que a justifiquem**.

9.4.3. A Estratégia de Governo Digital (Decreto nº 12.198/2024) prioriza soluções em nuvem e híbridas, mas reconhece a necessidade de arranjos específicos de infraestrutura conforme criticidade e sensibilidade dos dados.

9.4.4. As normas de segurança da informação (NC 14/IN01/DSIC/GSIPR e LGPD – Lei nº 13.709/2018) são aplicáveis a qualquer cenário, impondo requisitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e privacidade, devendo o fornecedor comprovar conformidade independentemente do modelo escolhido.

9.5. Tratamento dos requisitos de conformidade

9.5.1. Para que todos os cenários possam concorrer em igualdade, a modelagem da contratação estabelecerá:

9.5.1.1. Gestão de riscos: o fornecedor deverá apresentar plano de mitigação de riscos de segurança e continuidade, seja em nuvem, híbrido ou on-premises.

9.5.1.2. Continuidade de serviços: exigência de SLA (Service Level Agreement) com métricas mínimas de disponibilidade e recuperação, aplicáveis a todos os modelos.

9.5.1.3. Segurança da informação e proteção de dados: comprovação de aderência à LGPD, às Normas Complementares do GSI/PR e à ISO/IEC 27001 ou equivalente.

9.5.1.4. Reversibilidade e portabilidade: garantia de que, ao final do contrato, será possível migrar dados e serviços para outro prestador ou para ambiente próprio, independentemente do cenário tecnológico.

9.5.1.5. Aderência a normas de governo digital: comprovação de compatibilidade com a Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, que rege contratações de software e nuvem, assegurando padronização de métricas e indicadores de desempenho.

9.5.1.6. Eficiência e economicidade: exigência de apresentação de cálculo de **TCO (Total Cost of Ownership)**, permitindo comparabilidade entre soluções SaaS, híbridas e on-premises.

9.6. Conclusão

9.6.1. Dessa forma, a contratação não se restringe a um único modelo de fornecimento, mas **preserva a liberdade de solução tecnológica** ao mesmo tempo em que **assegura conformidade regulatória, proteção de dados, gestão de riscos e transparência orçamentária**, de acordo com as diretrizes do TCU, CGU, GSI/PR e SGD/MGI.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Outras soluções avaliadas

10.1.1. Softwares livres ou soluções não especializadas em PAM (ex.: cofres de senhas como TEAMPASS):

10.1.1.1. Não atendem integralmente aos requisitos normativos aplicáveis, incluindo PPSI, LGPD e POSIN.

10.1.1.2. Não oferecem trilhas de auditoria completas, monitoramento de sessões ou integração nativa com ambientes de nuvem e sistemas SIEM.

10.1.1.3. Foram consideradas insuficientes para atender ao nível de criticidade, complexidade e segurança exigido pelo Ministério dos Transportes.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Solução Viável – Descrição da Solução 1, 2 e 3						
Item	Valor Unitário	Ano				
		1	2	3	4	5
Suporte remoto protegido	R\$ 23,700.00	R\$ 142,200.00	R\$ 142,200.00	R\$ 142,200.00	R\$ 142,200.00	R\$ 142,200.00
Proteção para Dispositivos com repositório de contas privilegiadas.	R\$ 3,694.44	R\$ 1,374,331.68	R\$ 1,374,331.68	R\$ 1,374,331.68	R\$ 1,374,331.68	R\$ 1,374,331.68
Serviço de suporte técnico com operação assistida	R\$ 19,371.52	R\$ 232,458.24	R\$ 232,458.24	R\$ 232,458.24	R\$ 232,458.24	R\$ 232,458.24
Treinamento	R\$ 20,533.34	R\$ 20,533.34				
Custo Total no Ano		R\$ 1,769,524.26	R\$ 1,748,991.92	R\$ 1,748,989.92	R\$ 1,748,989.92	R\$ 1,748,989.92
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1, 2 e 3						R\$ 8,765,485.94

--	--	--	--	--	--

<u>ID</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>INSTRUMENTO</u>	<u>OBJETO</u>	<u>VALOR</u> <u>HOMOLOGADO</u> <u>CONTRATADO</u>	<u>ANÁLISE DOS ITENS</u>
1	Ministério das Comunicações - MCOM UASG: 410003	Pregão Eletrônico 90003 /2024 (01/2024)	O objeto da presente licitação é a contratação de Solução de Gerenciamento de Acesso Lógico Privilegiado, contemplando garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	R\$ 1.612.300,00	A pesquisa conduzida sobre o processo licitatório do Ministério das Comunicações, referente ao Pregão nº 9003/2024, que tem como objeto a "contratação de Solução de Gerenciamento de Acesso Lógico Privilegiado, contemplando garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos". Dado o foco do Ministério dos Transportes em buscar soluções semelhantes no mercado, todos os itens deste pregão com valor final homologado e contratado de R\$1.612.300,00 foram utilizados para compor o painel de preços. Sendo considerado os valores unitários para o item 1 R\$23.700,00 , para o item 2 R\$2.742,50, item 3 R\$21.700,00 e para o item 4 R\$17.900,00. Adicionalmente, é relevante mencionar que o valor considerado abrange um período de 12 meses.
					A pesquisa referente ao processo licitatório do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), Pregão nº 40/2024, Contrato 51 /2024, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de gerenciamento de acessos privilegiados (PAM – Privileged Access Management), conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos", foi realizada com base na similaridade das especificações técnicas e vigência contratual (12 meses) e dos itens contratados. Todos os itens foram utilizados na composição dos preços do

2	<p>Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas TJ/AM</p> <p>UASG - 925866</p> <p>Ata nº 00031/2024</p> <p>Id ata PNCP: 04312369000190-1-000278/2024-000001</p> <p>Contrato 051/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico SRP 90040/2024</p>	<p>O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de gerenciamento de acessos privilegiados (PAM – Privileged Access Management). conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.</p>	<p>R\$ 5.021.608,75</p>	<p>valor contratado e Homologado R\$5.021.608,75, dada a similaridade entre as especificações. Para o item 1, foram somados os valores dos itens 01 e 02 deste processo, uma vez que ambos apresentam similaridade com a exigência de acessos simultâneos para usuários, similar à demanda do Ministério. Na contratação já realizada pelo TJAM seu item 1 teve o valor de R\$ 14.895,85, e o item 02, R\$ 8.500,00, totalizando R\$ 23.395,85, utilizado para compor o preço do item 1 d contratação pretendida pelo Ministério dos Transportes. Para composição do item 02 foram utilizados os itens 3 e 4 da contratação sendo os valores do item 03 R\$3.369,80 e 04 R\$500,00 totalizando o valor de R\$3.869,80 para o item 2 da contratação pretendida pelo ministério, os demais itens não necessitaram compor com nenhum outro por sua especificidade ser a mesma pretendida pelo Ministério sendo o item 3 R\$21.000,00 e o item 4 R\$47.250,00. Assim, este processo também foi utilizado para a formação de preços públicos neste processo</p>
	<p>Companhia do Metropolitano do</p>		<p>Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gerenciamento de acesso lógico privilegiado, contemplando garantia de atualização de versões serviços correlatos,</p>		<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Metrô, referente ao Pregão nº 02/2023, cujo objeto é a “Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gerenciamento de acesso lógico privilegiado, contemplando garantia de atualização de versões e serviços correlatos, provendo ao METRÔ-DF o aumento da segurança em seus acessos e em seu ambiente computacional, conforme diretrizes, condições, quantidades e exigências contidas neste edital e especificações do Anexo I - Termo de Referência”. Considerando a similaridade com o que o Ministério procura, o preço foi avaliado, sendo que este</p>

3	Distrito Federal - METRO/DF UASG: 925046	Pregão Eletrônico 02 /2023	provendo ao METRO-DF o aumento da segurança em seus acessos e seu ambiente computacional, conforme diretrizes, condições, quantidades e exigências contidas neste edital e especificações do Anexo I - Termo de Referência.	R\$ 2.911.700,00	processo foi contratado com vigência de 36 meses com valor total e homologado R\$2.911.700,00. Os valores dos itens 01, 02 e 03 foram divididos por três, chegando assim ao valor utilizado para a composição deste painel de preço sendo o item 1 o valor unitário considerado R\$ 18.233,33 , o item 2 R\$2.023.33 e o item 3 R\$22.700,00. O Metrô não realizou a contratação de um item de treinamento. Dessa forma, esta contratação demonstrou similaridade na especificação técnica e no preço unitário consultado, evidenciando a importância da consulta a contratos públicos para maior assertividade e economicidade para o Órgão demandante
4	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT UASG: 393001	Pregão Eletrônico 22 /2022	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de gerenciamento de acesso lógico privilegiado, contemplando garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.	R\$ 3.660.772,00	A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Supremo Tribunal Federal, especificamente referente ao Pregão 22/2022, teve como objeto a "Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para o gerenciamento de acesso lógico privilegiado, incluindo garantia de atualizações de versões e serviços correlatos, conforme as condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital". Após a análise do processo com valor homologado e contratado no valor de R\$3.660.772,00, foi possível verificar sua similaridade com a aquisição que o Ministério pretende realizar. Dessa forma, todos os itens foram considerados na composição do painel de preços para essa contratação sendo os valores considerados para o item 1 R\$24.700,00 , item 2 R\$885,71, item 3 R\$11.666,67 e por fim item 4 R\$10.000,00.
					A pesquisa realizada sobre o processo licitatório da PRODEB, especificamente referente ao Pregão 10

5	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia -Prodeb	Pregão Eletrônico SRP 10/2024	<p>Implantação de sistema de registro de preços objetivando a formalização de ata com o vencedor do certame, visando a contratação de solução de gestão de acessos privilegiados a ativos de tecnologia da informação, na modalidade de subscrição de licença, composta gerenciamento de acessos privilegiados, proteção local de servidores Linux e MSWindows, proteção local de estações de trabalho MS-Windows, gerenciamento de credenciais utilizadas por aplicações e autenticação multifatorial, incluindo suporte técnico no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) e garantia pelo período de 36 meses, contemplando também, instalação, treinamento e consultoria técnica especializada, sob demanda, de acordo com as especificações técnicas mínimas e detalhamentos consignados no Termo de Referência (TR) e seus anexos.</p>	R\$ 6.650.000,00	<p>/2024, teve como objeto a "Implantação de um sistema de registro de preços para a formalização de ata com o vencedor do certame, visando à contratação de uma solução para gestão de acessos privilegiados a ativos de tecnologia da informação". Essa solução será adquirida na modalidade de subscrição de licença e incluirá: Gerenciamento de acessos privilegiados; Proteção local para servidores Linux e MS-Windows; Proteção local para estações de trabalho MS-Windows; Gerenciamento de credenciais utilizadas por aplicações; Autenticação multifatorial; Suporte técnico no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana); Garantia pelo período de 36 meses, incluindo instalação, treinamento e consultoria técnica especializada, sob demanda". Conforme as especificações técnicas mínimas e detalhamentos estabelecidos neste Termo de Referência com valor homologado e contratado de R\$6.650.000,00, foram utilizados apenas os itens 6 e 19 deste processo licitatório: O item 6 tem similaridade com o objeto do item 2 desta aquisição; O item 19 refere-se ao treinamento, que corresponde ao solicitado pelo Ministério. Dado que o processo licitatório possui vigência de 36 meses, para o item 6, foi considerado o valor unitário de R\$ 13.340,00, dividido por 3, resultando no valor de R\$ 4.446,66 considerado para esta aquisição. Para o item 19 (treinamento), o valor unitário foi dividido pela quantidade de treinamentos solicitados no processo, chegando-se ao valor unitário de R\$ 23.166,66 considerado para esta aquisição. Os demais itens não foram considerados por não apresentarem similaridade com os serviços que o Ministério pretende</p>
---	--	-------------------------------	---	------------------	---

					contratar.
6	<p>Ministério da Saúde - UASG 250110</p> <p>Contrato 0010/2025 e Contrato 0011/2025</p>	<p>Pregão Eletrônico 90355 /2024</p>	<p>Contratação de solução de segurança da informação para gerenciamento de identidade, gerenciamento de acessos privilegiados, solução de autenticação, controle de acesso e autenticação forte para proteção e gerenciamento da infraestrutura de TI e sistemas críticos do Ministério da Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo a garantia da solução e o suporte técnico especializado, conforme edital e seus anexos.</p>	<p>R\$ 8.450.647,00</p>	<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Ministério da Saúde, especificamente referente ao Pregão 90355/2024, teve como objeto a " Contratação de solução de segurança da informação para gerenciamento de identidade, gerenciamento de acessos privilegiados, solução de autenticação, controle de acesso e autenticação forte para proteção e gerenciamento da infraestrutura de TI e sistemas críticos do Ministério da Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo a garantia da solução e o suporte técnico especializado, conforme edital e seus anexos.".</p> <p>Durante a análise, foram identificadas similaridades entre os itens 3, 4, 5, 7 e 8. Os itens de 3, 4 e 5 foram agrupados para compor o item 2 totalizando o valor unitário de R\$3.740,00, o item 8 valor unitário de R\$22.500,00 foi utilizado na composição do item 3, e o item 7 valor unitário R\$32.899,00 foi alocado para o item 4. Considerando que o contrato se refere a um período de 12 meses, não foi necessário realizar ajustes proporcionais nos valores. Os itens 2 e 6 não foram considerados na composição de preços por não terem similaridade com o pretendido pelo Ministério neste contratação.</p>
			<p>Registro de preços para</p>		<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, especificamente referente ao Pregão 90344/2024, teve como objeto a " Registro de preços para renovação das licenças para proteção de identidades privilegiadas, gerenciamento de acessos privilegiados e proteção de endpoints da solução CyberArk, com possíveis expansões futuras, com serviço gerenciado e banco de horas para serviço técnico especializado,</p>

7	<p>Tribunal de Justiça do Estado do Amapá –</p> <p>TJ AP – UASG 925306</p> <p>Ata nº 00067/2024</p> <p>Id ata PNCP: 34870576000121-1-000126/2024-000001</p> <p>Contrato 002/2025</p>	<p>Pregão Eletrônico SRP 90044/2024</p>	<p>renovação das licenças para proteção de identidades privilegiadas, gerenciamento de acessos privilegiados e proteção de endpoints da solução CyberArk, com possíveis expansões futuras, com serviço gerenciado e banco de horas para serviço técnico especializado, visando atender às necessidades deste Tribunal de Justiça do Estado do Amapá</p>	<p>R\$ 6.676.300,00</p>	<p>visando atender às necessidades deste Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.". Durante a análise, foram identificadas similaridades entre os itens 1, 2 e 7 do processo do Tribunal. Os itens 1 e 2 foram agrupados para compor o item 2 do Ministério, totalizando o valor unitário de R\$ 8.766,66. Para a definição desse valor, foi realizada a divisão do valor unitário dos itens 1 e 2 do processo do Tribunal por três. Já o item 7 apresentou similaridade com o item 3 da composição de preços do Ministério, sendo considerado o valor unitário de R\$ 18.800,00. Não foi identificada qualquer similaridade entre os itens do processo do Tribunal e o item 1 e 4 pretendidos pelo Ministério, motivo pelo qual não houve composição de preço para este item.</p>
8	<p>Tribunal Superior Eleitoral do Paraná –</p> <p>TRE PR UASG 070019</p> <p>Ata nº 00056/2024</p> <p>Id ata PNCP: 00509018000113-1-003321/2024-000001</p> <p>Contrato 85/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico SRP 90033/2024</p>	<p>Registro de Preços para uso de licenças durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark</p>	<p>R\$ 10.345.050,00</p>	<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, especificamente referente ao Pregão 90033 /2024, contrato 85/2024, teve como objeto a " Registro de Preços para uso de licenças durante o período de subscrição, contemplando a renovação e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, gerenciamento de acesso remoto privilegiado, gerenciamento de identidades e proteção de endpoint da solução Cyberark.". Durante a análise, foram identificadas similaridades com os itens 2, 3 e 4 da contratação realizada pelo Tribunal. Para a composição do 1 item correspondente no processo do Ministério, foi considerado o valor unitário do item 4 praticado pelo Tribunal, dividido por três, resultando no valor de R\$ 26.166,66. Para a definição do item 2 do Ministério, foram utilizados os itens 2 e 3 do processo do Tribunal. O item 2 foi dividido por 3, em razão de sua vigência de 36 meses, e o item 3 foi</p>

					dividido por 2, considerando sua vigência de 24 meses. Dessa forma, chegou-se ao valor unitário de R\$ 13.250,00. Quanto aos itens 3 e 4 do Ministério, não foram identificadas correspondências nos itens da contratação do Tribunal. Assim, esses valores não foram utilizados como base de comparação.
9	<p>Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal –</p> <p>CONFEA UASG 925175</p> <p>Contrato 132/2024</p>	<p>Pregão Eletrônico 90012 /2024</p>	<p>Aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Lógicos Privilegiados, contemplando fornecimento de subscrição de software, instalação, suporte técnico, atualizações de versões e capacitação pelo período de 36 (trinta e seis meses), nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.</p>	<p>R\$ 1.782.300,00</p>	<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do CONFEA sobre o processo licitatório referente ao Pregão 90012/2024, teve como objeto “Aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Lógicos Privilegiados, contemplando fornecimento de subscrição de software, instalação, suporte técnico, atualizações de versões e capacitação pelo período de 36 (trinta e seis meses), nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos”. Ao analisar os itens para a composição deste processo, foi identificada a similaridade entre o item 1 do processo do Confea com o item 2 do processo do Ministério. Por ter vigência de 36 meses, foi necessário dividir o valor unitário do item 1 do Confea por 3 e, em seguida, pelo quantitativo de 562 dispositivos, para totalizar o valor unitário considerado de R\$ 969,75 para o processo do Ministério. Também foi considerado o item 3 do processo do Confea, em razão de sua similaridade, para a composição do item 4 do Ministério, totalizando o valor unitário considerado de R\$ 29.000,00. Os demais itens não foram utilizados por não apresentarem similaridade com a forma de contratação pretendida pelo Ministério.</p>
					<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Tribunal sobre o processo licitatório referente ao Pregão 09/2024, teve como objeto “Formação de sistema de registro de preços para eventual</p>

10	<p>TJ RR – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – UASG – 925480</p> <p>Ata nº 00013/2024</p> <p>Id ata PNCP: 34812669000108-1-000012/2024-000001</p> <p>Contrato 101/2024 (serviço)</p> <p>Contrato 100/2024 (licenciamento)</p>	<p>Pregão Eletrônico 90009 /2024</p>	<p>Formação de sistema de registro de preços para eventual contratação de solução de segurança cibernética avançada para Gerenciamento de Acesso Privilegiado, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.</p>	<p>R\$1.533.000,00</p>	<p>contratação de solução de segurança cibernética avançada para Gerenciamento de Acesso Privilegiado, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital". Ao analisar os itens para a composição deste processo, foi identificada a similaridade entre os itens 1, 2 e 5 do processo do Tribunal com os itens 2 e 4 do processo do Ministério. Por ter vigência de 36 meses, foi necessário dividir o valor unitário do item 1 do Tribunal por 3 e, em seguida, pelo quantitativo de 2.652 dispositivos, para totalizar o valor unitário considerado de R\$ 153,39. Porém, para chegar ao valor considerado pelo Ministério, foi preciso somar o valor unitário anual do item 2 do processo do Tribunal a esse valor, pois existe uma dependência de funcionalidade entre os itens do processo do Tribunal. Sendo assim, somou-se o valor de R\$ 153,39 (item 1) ao valor unitário anual de R\$ 2.250,00 (item 2 do processo do Tribunal), para se chegar ao valor utilizado na composição do Ministério, de R\$ 2.403,39. Também foi considerado o item 5 do processo do Tribunal, em razão de sua similaridade, para a composição do item 4 do Ministério, totalizando o valor unitário considerado de R\$ 35.000,00. Os demais itens não foram utilizados por não apresentarem similaridade com a forma de contratação pretendida pelo Ministério.</p>
					<p>A pesquisa realizada sobre o processo licitatório do Superior Tribunal de Justiça referente ao Pregão 85 /20023, com objeto "Contratação de serviço contínuo de suporte técnico especializado da solução de PAM (Privileged Access Management – Gerenciamento de Acessos Privilegiados) do ambiente</p>

11	STJ – Superior Tribunal de Justiça UASG 5001 Contrato 99/2023	Pregão Eletrônico 85 /2023	Contratação de serviço contínuo de suporte técnico especializado da solução de PAM (Privileged Access Management – Gerenciamento de Acessos Privilegiados) do ambiente de TIC do STJ, abrangendo garantia de versionamento da ferramenta e manutenções preventiva, corretiva e adaptativa; da expansão para aquisição de usuários privilegiados; e de módulos DevOps para a solução.	R\$1.447.319,00	de TIC do STJ, abrangendo garantia de versionamento da ferramenta e manutenções preventiva, corretiva e adaptativa; da expansão para aquisição de usuários privilegiados; e de módulos DevOps para a solução” Durante a análise do processo do STJ, foram encontradas similaridades com os itens 1, 2, 3 e 4, que foram utilizados para a composição de preços do Ministério dos Transportes. Os itens 2, 3 e 4 do STJ foram utilizados para a composição de preço do item 2 do Ministério, sendo que todos tiveram seus valores unitários divididos por 2, devido à vigência ser de 24 meses, totalizando assim um valor unitário considerado para o Ministério de R\$ 7.100,15. Já o item 1 do STJ foi considerado para o item 3 do Ministério, sendo adotado o valor de R\$ 15.096,00 para a composição de preço.
----	---	----------------------------	--	-----------------	--

11.1.1. Com objetivo de documentar as origens dos valores que subsidiaram os itens dos TCOs no ETP, indicando-se a forma, o método e a ferramenta utilizados para sua obtenção foram anexados nos atos do processo os documentos SEI:

11.1.1.1. Soluções adotadas na APF (SEI n.º 10258823);

11.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Solução Viável 1, 2 e 3	R\$ 1,769,524.26	R\$ 1,860,654.76	R\$ 1,956,478.4795	R\$ 2,057,237.1212	R\$ 2,163,184.8329	R\$ 9,807,079.45

ICTI 5,15% acumulado jul/24 a jun/25 fonte: IPEA ICTI 5,15% acumulado jul/24 a jun/25 fonte: IPEA

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Principais Funcionalidades da Solução

12.1.1. Independentemente do modelo de contratação (SaaS/PaaS ou Híbrido), a solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) deverá contemplar as seguintes funcionalidades, em conformidade com as melhores práticas de mercado (CyberArk, Delinea, BeyondTrust, One Identity):

12.1.1.1. Gestão de Credenciais e Cofre de Senhas

12.1.1.1.1. Armazenamento seguro de credenciais privilegiadas (contas administrativas, contas de serviço, chaves SSH).

12.1.1.1.2. Rotação periódica e automática de senhas e chaves.

12.1.1.1.3. Eliminação do compartilhamento manual de credenciais.

12.1.1.1.4. Controle de check-in/check-out com rastreabilidade.

12.1.1.2. Controle de Acessos Privilegiados

12.1.1.1.1. Aplicação do princípio de privilégio mínimo.

12.1.1.1.2. Perfis de acesso baseados em papéis (RBAC).

12.1.1.1.3. Concessão de privilégios temporários (Just-in-Time).

12.1.1.1.4. Fluxos de aprovação em múltiplos níveis para acessos sensíveis.

12.1.1.3. Sessões Seguras e Auditáveis

12.1.1.1.1. Estabelecimento de sessões sem exposição direta de credenciais.

12.1.1.1.2. Gravação de sessões (vídeo) e geração de logs detalhados.

12.1.1.1.3. Monitoramento em tempo real com alertas de risco.

12.1.1.1.4. Exportação de relatórios e integração nativa com SIEM.

12.1.1.4. Gestão de Contas de Serviço e Aplicações

12.1.1.1.1. Descoberta automática de contas de serviço.

12.1.1.1.2. Eliminação de credenciais hardcoded em aplicações.

12.1.1.1.3. Rotação automatizada de senhas e chaves de serviço.

12.1.1.5. Acesso Remoto Seguro

12.1.1.1.1. Suporte remoto seguro para técnicos internos e externos, integrado ao PAM.

12.1.1.1.2. Integração com soluções de ZTNA/SWG (ex.: Fortinet).

12.1.1.1.3. Aplicação de MFA e políticas contextuais para acessos remotos.

12.1.1.6. Trilhas de Auditoria e Conformidade

12.1.1.1.1. Geração de logs imutáveis e relatórios de conformidade.

12.1.1.1.2. Suporte a normas e regulamentos aplicáveis: LGPD, PPSI, POSIN, ISO 27001/27002, NIST.

12.1.1.1.3. Integração com processos de auditoria interna e externa.

12.1.1.7. Alta Disponibilidade e Escalabilidade

12.1.1.1.1. SaaS/PaaS: alta disponibilidade garantida pelo provedor (SLA \geq 99,9%).

12.1.1.1.2. Híbrida: redundância local e integração com nuvem.

12.1.1.1.3. Capacidade de expansão conforme crescimento do ambiente.

12.1.1.8. Integrações Essenciais

12.1.1.1.1. Integração com Active Directory/Azure AD.

12.1.1.1.2. Integração com Microsoft 365/Teams para fluxos de aprovação.

12.1.1.1.3. Integração com SIEM (ex.: Trellix).

12.1.1.1.4. Compatibilidade com ambientes multicloud (Azure, Huawei) e sistemas externos (ex.: SERPRO/MCOM).

12.1.1.9. Capacitação e Gestão do Conhecimento

12.1.1.1.1. Treinamento técnico para administradores da solução.

12.1.1.1.2. Capacitação específica para gestores e fiscais de contrato.

12.1.1.1.3. Inclusão de ouvintes para disseminação e multiplicação do conhecimento.

12.2. A pesquisa realizada e detalhada durante este Estudo permitiu concluir que serão suficientes e necessários os seguintes quantitativos:

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Solução de Suporte remoto protegido, integrado a gerenciador seguro de credenciais, aplicado às estações de trabalho de TIC. – subscrição anual		Licenças/Usuários	6	23.700,00	142.200,00
2	Solução de acesso remoto seguro voltada para ambientes com requisitos elevados de segurança, aplicáveis dispositivos com repositório de contas privilegiadas, sem restrição de usuários simultâneos. – subscrição anual		Licenças/Dispositivos	372	3.694,44	1.374.329,82

3	Serviço de suporte técnico com operação assistida. - mensal		Mês	12	19.371,52	232.458,24
4	Treinamento (Turma de 10 alunos).		Turma	1	20.533,34	20.533,34

12.2.1. MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE - IRP 01/2026

ITEM	Qtd MT	Qtd ANM	Qtd MMA	Qtd ANA	TOTAL IRP	Valor Unitário	Valor Total
1	6	17	6	7	36	R\$ 23,700.00	R\$ 853,200.00
2	372	356	372	488	1,588	R\$ 3,694.44	R\$ 5,866,770.72
3	12	12	12	12	48	R\$ 19,371.52	R\$ 929,832.96
4	1	1	1	1	4	R\$ 20,533.34	R\$ 82,133.36
						Valor Total IRP	R\$ 7,731,937.04

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 7.731.937,04

13.1. Para a composição da estimativa de custos, detalhada na tabela abaixo, foram contemplados os seguintes elementos:

- 13.1.1. Licenciamento, abrangendo usuários privilegiados, contas de serviço e servidores.
- 13.1.2. Serviços de implantação e integração, incluindo integração com AD/Azure AD, SIEM, Fortinet e migração da solução atualmente em uso (TEAMPASS).
- 13.1.3. Suporte e manutenção, com atendimento especializado 24x7 durante todo o período contratual.

13.1.4. Treinamento e capacitação, destinado a técnicos, gestores/fiscais e ouvintes, visando à multiplicação do conhecimento.

13.1.5. Infraestrutura local adicional, aplicável somente em caso de adoção de solução híbrida.

13.1.6. Reajustes financeiros anuais, conforme o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI).

13.1.7. Aceitação dos partícipes da IRP 01/2026.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
				UNITÁRIO	(12 meses)
1	Solução de Suporte remoto protegido, integrado a gerenciador seguro de credenciais, aplicado às estações de trabalho de TIC.	Licenças/Usuários	36	R\$23.700,00	R\$ 853,200.00
2	Solução de acesso remoto seguro voltada para ambientes com requisitos elevados de segurança, aplicáveis dispositivos com repositório de contas privilegiadas, sem restrição de usuários simultâneos.	Licenças /Dispositivos	1.588	R\$ 3.694,44	R\$ 5,866,770.72
3	Serviço de suporte técnico com operação assistida.	Mês	48	R\$ 19.371,52	R\$ 929,832.96
4	Treinamento (Turma de 10 alunos).	Turma	4	R\$20,533.34	R\$ 82,133.36
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$7,731,937.04

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1 Benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade

14.1.1. Eficácia

14.1.1.1. A solução garante a proteção de credenciais privilegiadas e de serviço (19 contas privilegiadas e 76 de serviço), em conformidade com a LGPD, a PPSI e a POSIN do Ministério dos Transportes. Além disso, proporciona controle centralizado e rastreável de acessos, reduzindo significativamente os riscos associados ao uso indevido de credenciais.

14.1.2. Eficiência

14.1.2.1. Os processos de concessão, rotação e revogação de acessos são automatizados, diminuindo a necessidade de esforço manual e liberando a equipe técnica para atividades de maior relevância estratégica. Adicionalmente, a solução elimina redundâncias por meio da substituição do TEAMPASS, consolidando em uma única plataforma os mecanismos de PAM e de suporte remoto seguro.

14.1.3. Efetividade

14.1.3.1. A adoção da solução eleva a maturidade da governança de acesso privilegiado, garantindo rastreabilidade integral das ações e conformidade em auditorias. Sua integração transparente com Azure AD, M365/Teams, Fortinet ZTNA/SWG e SIEM Trellix potencializa investimentos já realizados pela Administração. Ademais, a solução está alinhada às melhores práticas internacionais de segurança, como ISO 27001/27002, NIST e o modelo Zero Trust.

14.1.4. Economicidade

14.1.4.1. A proposta apresenta menor TCO em comparação com alternativas on-premises, conforme demonstrado no item 11, além de oferecer custos previsíveis (no modelo SaaS /PaaS) ou controlados (no modelo Híbrido), com reajustes vinculados ao ICTI. Outro ponto relevante é a dispensa de investimentos em infraestrutura física adicional (hardware, refrigeração, energia e espaço), em alinhamento com a diretriz governamental de racionalização de datacenters.

14.2. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos técnicos

14.2.1. A contratação não demanda parcelamento por aspectos técnicos, uma vez que a solução será disponibilizada em plataforma única e integrada, contemplando cofre de credenciais, acesso remoto seguro, auditoria e integração com os sistemas existentes.

14.2.2. Eventuais divisões contratuais poderão ocorrer apenas para a execução de serviços acessórios, como treinamentos adicionais ou customizações específicas, sem comprometer a integridade do objeto principal.

14.2.3. Portanto, não se identifica justificativa técnica para o parcelamento da contratação, visto que a entrega deve ocorrer como solução única, garantindo padronização, segurança, rastreabilidade e maior eficiência operacional.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. Previsibilidade orçamentária

15.1.1. A adoção do modelo de contratação como serviço (SaaS, PaaS ou Híbrido) assegura previsibilidade de despesas, com custos recorrentes e previamente definidos em periodicidade mensal ou anual, reduzindo incertezas financeiras e proporcionando maior eficiência no planejamento orçamentário.

15.1.2. Os reajustes contratuais vinculados ao Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) garantem conformidade com as práticas de governança da Administração Pública, alinhando a execução contratual às diretrizes de gestão responsável dos recursos públicos.

15.2. Redução de custos indiretos

15.2.1. A solução elimina despesas relacionadas à manutenção de infraestrutura física, como consumo de energia, refrigeração, espaço físico e aquisição de hardware.

15.2.2. Há redução significativa do esforço da equipe interna em atividades operacionais de manutenção, permitindo a realocação de recursos humanos para iniciativas de maior valor estratégico.

15.2.3. A mitigação de riscos financeiros relacionados a incidentes de segurança, vazamento de dados e indisponibilidade de serviços contribui para maior estabilidade e proteção do investimento público.

15.3. Aproveitamento de investimentos já existentes

15.3.1. A solução proposta possibilita integração plena com os sistemas já em uso na instituição, como M365 E3/Teams, Azure AD, Fortinet ZTNA/SWG e SIEM Trellic, evitando sobreposição de funcionalidades e duplicidade de ferramentas.

15.3.2. A substituição do TEAMPASS promove a otimização do licenciamento e reduz redundâncias, aumentando a racionalidade no uso dos recursos já investidos.

15.4. Economia processual e ganho de escala

15.4.1. A contratação em formato unificado, contemplando uma solução completa, reduz custos administrativos e processuais associados à gestão de múltiplos contratos, tornando a execução mais eficiente.

15.4.2. A centralização do objeto em um único contrato abre a possibilidade de ganhos adicionais por meio de contratações centralizadas ou futuras compras conjuntas pela Administração, ampliando os benefícios de escala.

15.5. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos econômicos

15.5.1. A contratação não deve ser fracionada por razões econômicas, uma vez que a aquisição integrada proporciona maior economicidade, assegurando ganhos de escala em licenciamento, unificação de suporte e simplificação da gestão contratual.

15.5.2. Eventuais demandas acessórias, como treinamentos adicionais, poderão ser incluídas como serviços complementares. Contudo, o objeto principal deve permanecer consolidado em um único contrato, de forma a:

15.5.2.1. Garantir preços unitários mais competitivos, decorrentes da aquisição em maior escala;

15.5.2.2. Evitar sobreposição de custos de manutenção e suporte;

15.5.2.3. Facilitar a gestão contratual, reduzindo esforço administrativo e mitigando riscos relacionados à fragmentação de responsabilidades.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Benefícios Institucionais

16.1.1. Fortalecimento da Governança Digital: garante aderência às diretrizes da Estratégia de Governo Digital e ao PPSI (Política de Privacidade e Segurança da Informação).

16.1.2. Conformidade Legal: assegura conformidade com a LGPD, Lei nº 14.133/2021 e normas internas de segurança da informação (POSIN e ETIR do Ministério).

16.1.3. Redução de Riscos Institucionais: mitiga riscos de vazamentos de dados, acessos indevidos e incidentes de cibersegurança, preservando a imagem e a reputação do Ministério.

16.2. Benefícios Operacionais

16.2.1. Segurança nos Acessos Privilegiados: controle rigoroso sobre quem acessa, quando e de que forma, evitando uso indevido de credenciais críticas.

16.2.2. Eficiência Operacional: redução do tempo de resposta da equipe técnica, com suporte remoto seguro e acesso simplificado a sistemas críticos.

16.2.3. Integração com Ferramentas Existentes: aproveitamento de investimentos já realizados (M365, Azure, Fortinet, SIEM), eliminando redundâncias.

16.2.4. Disponibilidade e Continuidade: solução em nuvem ou híbrida com SLA elevado, garantindo serviços sempre disponíveis.

16.3. Benefícios Econômicos

16.3.1. Previsibilidade Orçamentária: custos recorrentes e controlados, reajustados pelo ICTI.

16.3.2. Redução de Custos Indiretos: eliminação de despesas com infraestrutura física, manutenção e incidentes de segurança.

16.3.3. Economia Processual: unificação da solução em um único contrato, reduzindo esforço administrativo e de fiscalização.

16.4. Benefícios Estratégicos

16.4.1. Tranquilidade para a Alta Gestão: a contratação garante que o Ministério disponha de uma solução robusta, auditável e em conformidade, permitindo foco nas políticas públicas e não em riscos de TI.

16.4.2. Modernização Institucional: posiciona o Ministério dos Transportes em alinhamento com órgãos de referência, como o Ministério das Comunicações e outros que já adotaram soluções similares.

16.4.3. Valorização da Equipe: ao liberar os técnicos de tarefas repetitivas (como troca manual de senhas), a solução permite que se concentrem em iniciativas inovadoras e estratégicas.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Não se aplica.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Após a análise detalhada das necessidades de negócio, requisitos tecnológicos e normativos, levantamento de soluções, comparação de alternativas, avaliação de custos totais (TCO) e dos benefícios a serem alcançados, a Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade da contratação de solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) para o Ministério dos Transportes, nos termos deste Estudo Técnico Preliminar.

18.2. A solução proposta, assegura:

18.2.1. Conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, LGPD, IN SGD/ME nº 94 /2022, PPSI, POSIN).

18.2.2. Aderência às melhores práticas de governança de TIC e segurança da informação (ISO /IEC 27001/27002, NIST, Zero Trust).

18.2.3. Redução de riscos operacionais e institucionais, garantindo proteção de dados e continuidade de serviços.

18.2.4. Integração plena ao ecossistema já existente (M365 E3/Teams, Azure AD, Fortinet ZTNA /SWG, SIEM Trellix). **18.2.5.** Benefícios estratégicos à alta gestão, assegurando governança, tranquilidade e foco nas políticas públicas do Ministério.

18.3. Dessa forma, este Estudo Técnico Preliminar conclui que a contratação da solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) é tecnicamente, economicamente e juridicamente viável, recomendando se a continuidade do processo para elaboração do Termo de Referência e demais fases previstas na Lei nº 14.133/2021.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HENRIQUE ALCANTARA VELOSO MOTA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 10:07:38.

JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 09:58:19.

DIOGO DA FONSECA TABALIPA

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 10:17:44.